

**ESMP**Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**COMUNICADO ESMP Nº 05/2014 – Secretaria da Pós-graduação**

O Diretor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, COMUNICA aos Membros do Ministério Público e demais Bacharéis em Direito, a realização do 10º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, Pós-Graduação "lato sensu", cujas normas são as que seguem:

[Clique aqui para se inscrever](#)

PLANO DO CURSO**I – OBJETIVOS**

1 - Atender à necessidade de formação de especialistas na área de Interesses Difusos e Coletivos capazes de satisfazer às crescentes demandas sociais de acesso à Justiça e de proteção aos direitos da coletividade.

2 - Formar especialistas em Direito do Consumidor, do Meio Ambiente, da Infância e Juventude, da Pessoa Portadora de Deficiência, da Cidadania e da Habitação e Urbanismo, da saúde pública, da educação, do idoso, da probidade administrativa e dos outros interesses difusos e coletivos, oportunizando a complementação ou a aquisição de novos conhecimentos que os levem a uma visão crítica da realidade onde atuam e à percepção do seu espaço político de intervenção nessa realidade.

3 - Qualificar docentes para o Ensino Superior enquanto os cursos de pós - graduação "stricto sensu" não atenderem à demanda de professores especializados na Área de Interesses Difusos e Coletivos

4 - Estimular a pesquisa na Área dos Interesses Difusos e Coletivos com a finalidade de criar ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna na caracterização dos seus direitos.

II - ESTRUTURA DO CURSO

O 10º Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos será ministrado na Escola Superior do Ministério Público, situada na Rua Treze de Maio, 1.259, térreo, auditório JULIO FABBRINI MIRABETE, e desenvolver-se-á com a carga horária mínima de 360 horas, sendo composto de 4 módulos:

MÓDULO 1 - Interesses Difusos e Coletivos - Parte Geral - 40 h/a.

MÓDULO 2 – Interesses Difusos e Coletivos - Parte Especial - 196 h/a
distribuídas conforme segue:

2.1 - Direito do Consumidor - 32 h/a

2.2 – Direito da Infância e da Juventude - 32 h/a.

2.3 - Direito do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo - 52 h/a.

2.4 - Improbidade Administrativa – 24 h/a.

2.5 - Direito à Saúde – 16 h/a

2.6 - Direito à Educação – 16 h/a.

2.7 – Direitos Humanos – 24 h/a

MÓDULO 3 - Inquérito Civil e Ação Civil Pública - 64 h/a.

MÓDULO 4 - Metodologia e Didática do Ensino Superior - 60 h/a.

O Curso de Especialização será ministrado às segundas e quartas-feiras, constituindo-se de 4 aulas de 50 minutos. Serão ministradas cinco aulas aos sábados, no período matutino.

Segunda e quartas-feiras:

18h30 às 19h (*Pré-aula*)

19h às 19h50

19h50 às 20h40 – (*Intervalo*)

20h50 às 21h40

21h40 às 22h30

III – AVALIAÇÃO

A avaliação do desempenho escolar será realizada:

I – pela frequência às atividades escolares;

II – pelo grau de aproveitamento em trabalhos escolares e provas;

III – pela nota obtida no trabalho de conclusão do curso (monografia).

O aluno será considerado aprovado em cada módulo se obtiver média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete) e 75% (setenta e cinco), pelo menos, de frequência (art. 57, “caput”, do Regimento Interno da ESMP, e art. 6º da Deliberação nº 09/98 do C.E.E.).

Ao final do Curso, o aluno apresentará uma monografia sobre tema pertinente à área de Interesses Difusos e Coletivos. Os professores definirão os requisitos para a aceitação da monografia e a orientação metodológica de sua elaboração.

Para a obtenção do título de especialista, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;

II - frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista, em cada módulo;

III - elaboração de monografia que receba, no mínimo, a nota 7,0 (sete).

IV - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Período de Inscrições - 07/02 a 07/03/2014.

Prova para seleção de candidato para vaga no curso - 10/03/2014.

Processo Seletivo - 11 e 12/03/2014.

Publicação da lista de selecionados na Internet - 13/03/2014.

Período de Matrícula - 13 a 17/03/2014.

Início das aulas - 1º semestre de 2014 - 17/03/2014.

Término das aulas - 1º semestre de 2014 - 30/06/2014.

Férias escolares - 01/07 a 31/07/2014.

Início das aulas - 2º semestre de 2014 - 04/08/2014.

Encerramento das aulas - 2º semestre de 2014- 10/12/2014.

Férias escolares - 01/01 a 28/02/2014.

Início das aulas - 1º semestre de 2015 - 02/03/2015.

Término das aulas teóricas - 22/06/2015.

Orientação de Monografia - Agosto a Dezembro de 2015.
Entrega das monografias - 11/12/2015.

V - ELENCO DE PROFESSORES

MÓDULO I

Interesses Difusos e Coletivos - Parte Geral - 40 horas-aula

ANTÔNIO ALBERTO MACHADO

CV: <http://lattes.cnpq.br/7472754856309894>

MÓDULO II

Interesses Difusos e Coletivos - Parte Especial - 196 Horas-aula

1 - Direito do Consumidor - 32 horas-aula

JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO

CV: <http://lattes.cnpq.br/4145819843950676>

2 - Direito da Infância e da Juventude - 32 horas-aula

PAULO AFONSO GARRIDO DE PAULA

CV: <http://lattes.cnpq.br/3550734044377989>

3 - Direito do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo - 52 horas-aula

LUIS FERNANDO ROCHA

CV: <http://lattes.cnpq.br/3371388805846013>

4 - Proibição Administrativa - 24 horas-aula

SÉRGIO TURRA SOBRANE

CV <http://lattes.cnpq.br/4825253264423316>

5 - Direito à Saúde - 16 horas-aula

VIDAL SERRANO NUNES JR.

CV <http://lattes.cnpq.br/4825253264423316>

6 - Direito à Educação - 16 horas-aula

LUIZ ANTONIO MIGUEL FERREIRA

CV: <http://lattes.cnpq.br/6148761454870458>

7 - Direitos Humanos - 24 horas-aula

ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS

CV <http://lattes.cnpq.br/3246632731928851>

MÓDULO III

Inquérito Civil e Ação Civil Pública - 64 horas-aula

RICARDO DE BARROS LEONEL

CV: <http://lattes.cnpq.br/7161239483817648>

MÓDULO IV

Metodologia e Didática do Ensino Superior - 60 horas-aula

JOSÉ EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA FARIA

CV: <http://lattes.cnpq.br/5223622535205985>

O curso contará, eventualmente, com professores visitantes, nacionais ou internacionais, notórios por sua especialização, saber técnico ou científico ou, ainda, por se destacarem no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relativas à área de Interesses Difusos e Coletivos. Tais professores serão

convidados na qualidade de expositores ou debatedores, sempre sob a responsabilidade dos professores regentes de cada disciplina.

VI - PROGRAMA DO CURSO

MÓDULO I - INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - PARTE GERAL

Significado político e social da tutela dos interesses transindividuais. Aspectos sociais e filosóficos da defesa dos interesses transindividuais.

Os conflitos metaindividuais e a afirmação dos direitos humanos no Brasil I.

Os conflitos metaindividuais e a afirmação dos direitos humanos no Brasil II.

Evolução legislativa e bases constitucionais da tutela dos interesses difusos e coletivos.

Interesses transindividuais no sistema brasileiro: interesses difusos e coletivos.

Interesses transindividuais no sistema brasileiro: interesses individuais homogêneos.

Judicialização de políticas públicas I.

Judicialização de políticas públicas II.

O Ministério Público e as políticas públicas I.

O Ministério Público e as políticas públicas II.

MÓDULO II – INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS – PARTE ESPECIAL

DISCIPLINA - DIREITO DO CONSUMIDOR

A sociedade de consumo e o papel do Estado.

Introdução ao Direito do Consumidor. Tratamento constitucional da matéria.

Conceitos: a) consumidor: em sentido estrito (art. 2.º, caput, do CDC) e por equiparação (arts. 2.º, parágrafo único, 17 e 29, do CDC); b) fornecedor; c) produtos e serviços. Princípios fundamentais do CDC. Direitos básicos do consumidor e a atuação do Ministério Público na sua tutela.

Princípios do Direito do Consumidor.

Tutela civil (material) do consumidor: responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios e defeitos dos produtos e serviços. Responsabilidade civil objetiva do fornecedor. Decadência e prescrição. Responsabilidade civil dos profissionais liberais.

Tutela civil (material) do consumidor: proteção contratual do consumidor (condições gerais dos contratos, contrato de adesão e controle das cláusulas abusivas; princípios aplicáveis aos contratos de consumo).

Oferta e publicidade: deveres de informação e princípios da publicidade; controle legal da publicidade e autorregulamentação (normas do Código de Autorregulamentação Publicitária, do CONAR).

Tendências atuais do Direito do Consumidor: Superendividamento, comércio eletrônico e Estatuto do Torcedor.

A defesa estratégica do consumidor pelo Ministério Público.

Princípios do Direito do Consumidor.

Tutela civil (material) do consumidor: responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios e defeitos dos produtos e serviços. Responsabilidade civil objetiva do fornecedor. Decadência e prescrição. Responsabilidade civil dos profissionais liberais.

Tutela civil (material) do consumidor: proteção contratual do consumidor (condições gerais dos contratos, contrato de adesão e controle das cláusulas abusivas; princípios aplicáveis aos contratos de consumo).

Oferta e publicidade: deveres de informação e princípios da publicidade; controle legal da publicidade e autorregulamentação (normas do Código de Autorregulamentação Publicitária, do CONAR).

Tendências atuais do Direito do Consumidor: Superendividamento, comércio eletrônico e Estatuto do Torcedor.

A defesa estratégica do consumidor pelo Ministério Público.

DISCIPLINA - DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Direito da Criança e Adolescente. Normativa internacional. Teorias informadoras.

Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. A Constituição da República e o Estatuto da Criança e do Adolescente: concepção, estrutura, direitos e princípios fundamentais.

Direitos da criança e do adolescente e direitos humanos. Direitos individuais, sociais e culturais da criança na perspectiva da construção histórica dos direitos fundamentais.

A defesa judicial e extrajudicial dos direitos das crianças e adolescentes ligados à vida, à dignidade e à saúde.

Direito à convivência familiar. Programas de apoio à família natural e garantia de preservação dos vínculos. Acolhimento familiar e institucional. A garantia da dignidade dos atendidos e o direito à família.

Direitos difusos e coletivos da criança e do adolescente ligados à prevenção. O respeito à condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento e o direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços.

Direitos difusos e coletivos relacionados às medidas socioeducativas. Entidades e programas de atendimento. Controle comunitário, ministerial e judicial. Inquérito civil e medidas aplicáveis.

A defesa estratégica dos direitos fundamentais da criança e do adolescente pelo Ministério Público.

DISCIPLINA - DIREITO DO MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E URBANISMO

Sustentabilidade.

Função social da propriedade.

A proteção constitucional do meio ambiente e a Constituição Federal: princípios e competências em matéria ambiental.

A ordem urbanística na Constituição Brasileira.

Teoria Geral do Direito Ambiental e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6938/81): Princípios, conceitos, bens ambientais, objetivos e finalidades. Instrumentos da política nacional de meio ambiente.

Política nacional de recursos hídricos. Política Nacional de Saneamento e Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Aspectos Jurídicos da Proteção da Fauna e do Patrimônio Genético.

Aspectos Jurídicos da Proteção da Flora. As áreas especialmente protegidas (APP e Reserva Legal). A tutela constitucional e a lei n. 12.651/2012.

Aspectos Jurídicos da Proteção do Controle da Poluição. Poluição industrial. Mineração. Agrotóxicos.

Compromisso de ajustamento de conduta em matéria ambiental.

Licenças ambientais e urbanísticas.

Estatuto da Cidade. Plano Diretor e Estudo de Impacto de Vizinhança.

Mobilidade Urbana.

A defesa estratégica do meio ambiente e da ordem urbanística pelo Ministério Público.

DISCIPLINA – PROBIDADE ADMINISTRATIVA

Raízes da corrupção no Brasil.

Os conceitos de moralidade e probidade administrativa.

O ato de improbidade administrativa.

Omissão administrativa e improbidade – Relevância do controle interno.

A tutela jurisdicional da probidade administrativa.

A defesa estratégica da probidade administrativa pelo Ministério Público.

DISCIPLINA - DIREITO À SAÚDE

Direito Sanitário: introdução; a saúde como direito social fundamental; os princípios constitucionais norteadores do Sistema Único de Saúde; SUS-organização, atribuições e diretrizes; saúde pública e o terceiro setor (OSS, OSCIP, PPP).

A Lei Orgânica da Saúde e outras fontes legislativas; repartição constitucional de competências; pactuação e responsabilidade solidária, as Comissões Intergestoras, normas operacionais básicas do sistema de saúde; redes de atenção à saúde;/ vigilância sanitária, epidemiológica e conselhos de profissão.

Financiamento do SUS: Emenda Constitucional 29/2000, Lei Complementar 141/12, responsabilidade dos entes federativos; controle social e participação popular (conferências de saúde e conselhos de saúde) e fundos de saúde.

A defesa estratégica dos direitos relativos à saúde pública pelo Ministério Público.

DISCIPLINA - DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação na Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Educação inclusiva. Bullying e a violência escolar.

O poder judiciário e judicialização da qualidade da educação.

A defesa estratégica do direito à educação pelo Ministério Público.

DISCIPLINA - DIREITOS HUMANOS

Evolução histórica dos direitos humanos.

Os direitos humanos e suas dimensões.

Os direitos humanos nas perspectivas nacional e supranacional.

Relevância da afirmação dos direitos humanos na conjuntura político-institucional brasileira.

A defesa estratégica dos direitos humanos pelo Ministério Público.

MÓDULO III - INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Inquérito Civil e compromisso de ajustamento de condutas.

Ação Civil Pública. Evolução histórica, peculiaridades e perspectivas da Ação Civil Pública. Princípios gerais do processo coletivo.

Ação Civil Pública. Legitimidade e representatividade adequada. Litisconsórcio.

Ação Civil Pública. Atos de disponibilidade: desistência e transação.

Elementos objetivos da demanda: causa de pedir e pedido.

Ação Civil Pública. Competência. Conexão, litispendência e continência.

Ação Civil Pública. Liquidação. Execução.

Ação Civil Pública. Coisa Julgada.

Ação Civil Pública. Prova: custos e ônus. Sentença. Recursos.

Ação Civil Pública. Tutelas de urgência. Fundo de Direito Difusos Lesados.

Ações constitucionais de controle concentrado de constitucionalidade.

Ação Popular.
Mandado de segurança coletivo.
Audiências Públicas.
Litígio estratégico de interesse público.
Litígio estratégico de interesse público e processo coletivo.

MÓDULO IV - METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

1 – Metodologia do Ensino Jurídico.

O objeto do ensino jurídico e as transformações do direito positivo: da pirâmide kelseniana à rede normativa.

O ensino jurídico em novo contexto: globalização, pluralismo jurídico e ativismo judicial.

O direito pós-moderno e o impacto sobre a metodologia do conhecimento jurídico.

Matrizes teóricas para a análise jurídica de problemas concretos.

Estratégias e ferramentas metodológicas para pesquisa jurídica.

2- Metodologia e Didática do Ensino Superior.

- Educação na sociedade contemporânea e nas sociedades primitivas.
- A dimensão sócio-econômica e cultural como determinante do método e da prática pedagógica.
- A Pesquisa enquanto método de ação no ensino superior.
- O conceito de problema; hipóteses e variáveis no projeto de pesquisa-formulação.
- A estrutura formal do projeto de pesquisa.
- A natureza da pesquisa.
- A pesquisa bibliográfica – observações na coleta de dados e no delineamento.
- Aspectos gráficos e formais na redação da monografia.

VI - VAGAS, INSCRIÇÕES E MATRÍCULA

A - NÚMERO DE VAGAS: 150

Caso não seja atingido o número mínimo de 40 (quarenta) inscritos o curso não será implantado e os valores serão restituídos aos interessados.

B – INSCRIÇÕES

Poderão se inscrever no Curso de Especialização os bacharéis em Direito, portadores de diploma ou certificado de conclusão do referido curso.

Será dada prioridade aos membros do Ministério Público.

As vagas remanescentes serão preenchidas mediante processo seletivo, a ser realizado no período de 11 a 12/03/2014, consubstanciado em prova de conhecimento e na análise da *ficha do processo seletivo* e, se necessário, de entrevista pessoal (art. 42 do R.I.), a critério da comissão nomeada.

C - PERÍODO DE INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas no período de 07 de fevereiro a 07 de março de 2014, com o preenchimento de formulários on-line.

[Clique aqui para se inscrever](#)

D - MATRÍCULA E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

A matrícula dos aprovados será realizada no período de 13 a 17/03/2014, mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, junto à Secretaria dos Cursos de Pós-graduação da ESMP:

- cópia do CPF;
- cópia do diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito;
- três fotos 3 x 4;
- recibo de pagamento da primeira mensalidade.

A matrícula será semestral e gratuita, condicionada à inexistência de débitos junto à ESMP.

VII - MENSALIDADE

A mensalidade será de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) pagos até o dia 10 de cada mês, de março a dezembro de 2014 e de março a junho de 2015, sendo certo que nos meses de julho de 2014 e janeiro e fevereiro de 2015 não haverá pagamento.

Membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo terão desconto de 30%.

A primeira mensalidade (relativa ao mês de março/2014) deverá ser paga, após a publicação do resultado do processo seletivo, através de boleto bancário a ser disponibilizado pela ESMP via e-mail cadastrado pelo candidato no formulário de inscrição.

Os participantes que optarem pelo pagamento a vista do valor integral do curso terão desconto de 5%. Para esta opção, necessário entrar em contato com setor financeiro da ESMP.

No tocante à concessão de bolsa de estudos serão observadas a equação econômico-financeira do curso a ser ministrado e a dificuldade de arcar o requerente com o pagamento integral. O requerimento deverá ser formulado por escrito e estar acompanhado de documentação que evidencie a dificuldade do interessado em arcar com o pagamento integral das mensalidades. O prazo para entrega do requerimento será até o dia do encerramento das inscrições, salvo hipótese de fato superveniente.

XI – MAIS INFORMAÇÕES

Pelos telefones: (11) 3017-7777 / 7783 / 7782 / 7744, ou pelo e-mail esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Coordenação Geral:
MARCELO PEDROSO GOULART

Promotor de Justiça
Diretor do CEAF/ESMP

Realização:

Escola Superior do Ministério Público de São Paulo

